

JOSÉ BONIFÁCIO E A INDEPENDÊNCIA

Ivan Lins

Os elementos de maior valor das metrópoles, na observação muito procedente do Fundador da Sociologia, eram os que com mais frequência emigravam, porque sua indômita energia e sua capacidade intelectual mais aguda e inquieta muitas vezes os incompatibilizavam com os entraves religiosos e políticos existentes na mãe pátria. Passaram, assim, os domínios ultramarinos a contar com personalidades do mais alto relêvo, como aconteceu com o Brasil desde os primórdios de sua colonização.

Depois de haver formado, no século 17, um dos maiores representantes do povo português, que foi o Padre Antônio Vieira, forneceu o Brasil a Portugal, no século 18 e nas duas primeiras décadas do 19, vários dos seus homens de maior mérito. Entre eles se salientaram Alexandre de Gusmão, internacionalista de tão largo descortino que Camilo Castelo Branco disse ser ele **“o espírito mais avançado de seu século”**. Além dele podemos citar seu irmão Bartolomeu, o precursor da aeronáutica; Antônio José da Silva, o restaurador do teatro luso; Santa Rita Durão, o épico que precedeu Longfellow de mais de meio século na elaboração de um poema de assunto fielmente americano; Antônio de Moraes e Silva, que enriqueceu a literatura portuguesa com o mais autorizado dicionário da língua durante longo período; Frei Veloso e Alexandre Rodrigues Ferrelra que se notabilizaram como naturalistas, entre muitos outros.

Nessa falange de brasileiros ilustres no período colonial destacou-se José Bonifácio de Andrada e Silva, digno de ombrear com os grandes homens não só de Portugal e do Brasil mas de todo o mundo.

Que é, na verdade, um grande homem? Nada mais relativo do que essa noção, porque Aristóteles e Descartes, São Paulo e Maomé, Gregório VII e Voltaire, César e São Francisco de Assis, foram todos, em seu tempo e em seu campo de atividade, **grandes homens**.

Fisiologicamente, um grande homem é aquele cujas faculdades cerebrais apresentam invulgar intensidade.

Socialmente, um grande homem é o que, ou por dispor de dotes cerebrais acima do comum, ou por achar-se em circunstâncias excepcionalmente propícias, presta relevantes serviços à coletividade de seu tempo.

As avaliações do mérito pessoal têm, portanto, de ser feitas de acôrdo com as faculdades comuns dos homens de cada momento histórico, medindo-se os esforços do gênio ou da virtude, não pela sua elevação real, absoluta, mas pela altura a que attingem acima do nível de seu século e de seu país, "devendo parecer-nos muito notável, numa raça de pigmeus a estatura à qual não daríamos atenção num povo de gigantes", como, a propósito de Belisário no Império Bisantino, pondera Gibbon.

Temos, pois, preliminarmente, de considerar, em cada etapa do evoluer histórico, a natureza humana qual ela é e não qual desejaríamos que fôsse. Há, sem dúvida, um limite ideal de perfeição peculiar a essa natureza e com os ambientes sociais, variam, porém, os graus de aproximação dêsse limite.

Partindo deste critério, pode-se sustentar haver sido José Bonifácio, se não o maior, um dos maiores homens do Brasil. Era a Independência o mais importante dos problemas brasileiros de sua época. E ele o resolveu da maneira mais perfeita, valendo-se do jovem Príncipe Regente, para transformar a separação política do Brasil em simples golpe de Estado, salvaguardando, assim, a sua integridade territorial. E, uma vez realizada a Independência, encarou, em seu conjunto, o problema da organização da nova pátria, procurando torná-la um todo homogêneo, mediante a fusão dos seus três elementos étnicos: o branco, o negro e o índio:

"Somente seremos um povo digno deste nome — escrevia ele — quando na cútis de cada um de nós, pegado a esmó, só houver uma única e mesma côr. E da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil. Mas, que ciência química e que desteridade não são precisas aos operadores de tão grande e difícil manipulação!"

Ciência, mais do que química, e destreza pasmosa manifestou-as José Bonifácio ao estudar e solucionar, em duas memórias, os problemas do escravo e do índio. Quanto ao primeiro, se houvesse sido adotado, pela Constituinte, o projeto por ele elaborado, em 1823, teria sido a abolição gradualmente realizada dentro de uma geração, isto é, em 1856, trinta e dois anos antes da Lei Aurea.

No atinente ao problema indígena, frisava:

“Os melos de que se deve lançar mão para a pronta civilização dos índios, são Justiça, não os esbulhando mais, pela fôrça, das terras que ainda lhes restam e de que são legítimos senhores, e brandura, constância e sofrimento de nossa parte, como nos cumpre na qualidade de usurpadores”.

Abstraindo da ação política de José Bonifácio, e considerando-o apenas sob o aspecto puramente cerebral que, no Brasil de seu tempo, e mesmo antes e depois dêle, ostenta um conjunto tão harmonioso quanto à elevação dos sentimentos, à profundidade e vastidão da inteligência, à firmeza e retidão do caráter?

Em Lisboa, referindo-se ao movimento de Independência do Brasil, que já nitidamente se esboçava, dizia em meados de 1822 Borges Carneiro, um dos mais argutos componentes da Constituinte portuguesa. No Brasil, um só homem, José Bonifácio de Andrada e Silva, com a energia do seu caráter, improvisa fôrças de mar e terra, acha recursos em abundância e nos põe pela porta a fora com a maior sem cerimônia possível. Nós aqui gastamos o tempo em falar e não fazemos senão registrar as desfeltas que vamos recebendo do Brasil”.

Tão grande foi José Bonifácio que Pedro I, depois de exilá-lo e persegui-lo, o nomeou tutor de Pedro II e lhe escreveu no momento solene da abdicação, famosa carta onde dizia: “Espero que me faça o obséculo de aceitar a tutoria de meu filho, sem o que viverel sempre atormentado”.

Nasceu José Bonifácio em Santos, em 1763. Aos vinte anos, seguiu para Portugal, matriculando-se na Universidade de Coimbra, onde cursou, além do direito, filosofia e matemática.

Entre os seus papéis de estudante, encontram-se alguns que revelam já se preocupar com a civilização dos índios e a abolição da escravatura. Desse tempo também restam apontamentos sobre problemas do latifúndio e da reforma agrária no Brasil, assunto ao qual voltaria, em 1821, nas Instruções por ele redigidas para a orientação dos Deputados de São Paulo às Côrtes Portuguezas:

“Considerando — dizia ele — quanto convém ao Brasil uma nova legislação sobre as chamadas sesmarias ou latifúndios, as quais, sem aumentar a agricultura, antes tem estreitado e dificultado a povoação progressiva do país, porquanto há sesmarias de 6,8,10 e mais léguas quadradas, possuídas por homens sem cabedais, que não só não as cultivam mas sequer as vendem e reparam por quem melhor saiba aproveitá-las, parece-nos assim muito conveniente que as terras que não se acharem cultivadas, entrem outra vez na massa dos bens nacionais, deixando-se somen-

te aos donos meia légua quadrada **quando muito**, com a condição de começarem logo a cultivá-la em tempo determinado que parecer justo”.

Sempre preocupado com estudos de aplicação prática, pon-do a ciência “a serviço do bem estar e aperfeiçoamento humanos”, adotou, para epígrafe de seus trabalhos, o verso de Fedro: “Se não houver utilidade no que fazemos, tola será a nossa glória”. A primeira Memória por ele apresentada à Academia das Ciências de Lisboa versou sobre a pesca da baleia, apontando os erros cometidos a esse respeito e de que resultaria, se não fôsem corrigidos a tempo, a extinção desse precioso cetáceo, e então muito abundante nas costas do Brasil.

Em 1790 foi enviado pelo Governo português a vários países da Europa a fim de aperfeiçoar-se em Mineralogia e História Natural, frequentando, em Paris, em 1791, as aulas de Química de Fourcroy. Na Suécia e na Noruega onde terminou os seus estudos mineralógicos, caracterizou quatro espécies minerais novas, além de oito variedades.

De volta a Portugal em 1800 foi incumbido de importantes cargos, entre os quais o de Secretário Perpétuo da Academia das Ciências de Lisboa.

Ao regressar ao Brasil em 1819, deixou patente que iria participar, de modo decisivo do movimento de sua independência, ao dizer, em sua despedida à Academia das Ciências:

“Esta é a derradeira vez que tenho a honra de ser o historiador de vossas tarefas literárias: pois me é forçoso deixar o antigo, que me adotou por filho, para ir habitar o novo Portugal, onde nasci. Consola-me, porém, a lembrança de que vossa parte pagareis a obrigação em que está Portugal para com a filha emancipada, que precisa pôr casa. Que país esse, Senhores, para uma nova civilização e novo assento das ciências! Que terra para um grande e vasto Império! A cordilheira que o corta de norte a sul, o divide em dois mundos diferentes, capazes de criar todas as produções da terra Que outra região se lhe pode igualar. Riquíssimo nos três reinos da Natureza, com o andar dos tempos nenhum outro país poderá equiparar-se à nova Lusitânia!”

Tornando-se dia a dia mais inevitável a Independência depois que Dom João VI regressou a Portugal e deixou, no Rio, como Regente, o jovem Príncipe Dom Pedro, José Bonifácio aceitou, em janeiro de 1822, o cargo de Ministro. E o fez porque, havendo as Côrtes de Lisboa estabelecido, em diversos pontos do Brasil, Juntas Governativas que não reconheciam a Regência do Príncipe, ele temeu que a Independência pudesse acarretar a separação de

várias províncias. E, para preservar a unidade nacional, resolveu, então, dirigir o movimento de ruptura com a antiga metrópole, servindo-se para isto do próprio Príncipe Regente: a monarquia seria, a seus olhos, **“um centro de força e coesão”**, como ele mesmo frisava.

Só o movia uma ambição: fundar, sem derramamento de sangue, o vasto Império a que aludira em sua despedida à Academia das Ciências de Lisboa. Para este objetivo, o Príncipe foi instrumento de inapreciável valor, consagrando-se José Bonifácio a incutir e fortalecer neie a consciência de sua missão histórica. E' o que reconhece Varnhagen, apesar de detrator sistemático do Patriarca.

Sua formação científica e sua sagaz observação dos acontecimentos políticos de seu tempo preservaram-no de copiar cegamente as legislações da Europa. Para ele, como para Aristóteles, **“a bondade de qualquer Constituição é que seja a melhor que a nação possa e queira receber. Que constituição mais livre do que a francesa de 1795? — perguntava ele. E, contudo, acabou logo, porque a maioria do país não quis recebê-la. As melhores Constituições, quando consideradas absolutamente não são as melhores relativamente. Tudo é filho do tempo e das luzes. Os homens — concluiu — são entes sensíveis, e frutos das circunstâncias, e não entes de razão ou idéias de Platão”**.

Eis por que, em vez de perder-se, como um ideólogo, no devaneio de fazer do Brasil, em 1822, uma república com o risco da quebra de sua unidade política, como aconteceu com as colônias hispano-americanas. José Bonifácio, com a **segurança de um sociólogo**, dirigiu o movimento de nossa Independência, obtendo-a, sem abalos, através do próprio Príncipe Regente e mantendo, assim, a integridade territorial de nossa pátria.

Não é possível traçar, no exiguo espaço de um artigo, o que foi a sua atuação como Ministro, guiado pelo princípio de ser **“a sã Política filha da Razão e da Moral”**. Com agudeza sentiu a necessidade de instalar-se a capital do Brasil no centro do país, para que este, coeso e respeitadas as peculiaridades de cada uma de suas regiões, pudesse realizar as reformas sociais e econômicas de que carecia. A abertura de estradas e canais, a rápida formação de uma Esquadra, o reflorestamento, a exploração das minas, o incremento da agricultura, a multiplicação de escolas e centros de cultura física, o fomento da imigração, a proteção e incorporação dos índios, a abolição da escravatura, que seria gradual para evitar o colapso da economia do país — este, o vasto programa de governo do Patriarca.

Não era ele um político como esses homens maneirosos de

atitudes dúbias, movidos apenas por pequeninos intentos pessoais, a propósito dos quais o Padre Antônio Vieira observava no século 17:

“Tempos houve em que os demônios falavam e o mundo os ouvia; mas depois que ouviu os políticos ainda é pior o mundo...”

Aplicando-se-lhe a definição de Churchill — “o estadista preocupa-se com as futuras gerações, enquanto o político apenas planeja as futuras eleições”, apresenta-se-nos José Bonifácio antes como estadista do que como político.

Eis porque ponderando-lhe certa vez o Marquês de Barbacena que, para o bem público, seria de desejar que ele, Marquês tivesse os talentos de José Bonifácio, ou que este tivesse as manhas dele, Marquês, respondeu-lhe o Patriarca: “Coisa impossível, Sr. Marquês, porque V. Exa. não teria as suas manhas se tivesse os meus talentos”. Para se avaliar o alcance das vistas políticas de José Bonifácio, basta considerar haver sido um precursor da assistência social à mulher, no período da gravidez e da amamentação.

Na política internacional não admitia qualquer luta entre nações americanas.

Pregando a fraternidade entre os povos, dizia: “Não reconhecemos diferenças, nem distinções na Família Humana: como brasileiros serão tratados por nós o China, o Luso, o Egípcio e o Haitiano, o adorador do Sol e o de Maomé. Longe de nós a discórdia, longe de nós a intolerância: trabalhemos unidos na perfeição de nossa espécie, no melhoramento e prosperidade de nossa Nação. Sejamos o primeiro povo que apresente o quadro dessa paz e dessa concórdia que devem um dia ligar todo o Mundo, e fazer de todos os homens uma só família”.

De trato lhano e afável, jamais foi acometido pela importantite, essa tremenda doença contra a qual não valem drogas, por mais heróicas.

A sua simplicidade de maneiras jamais foi modificada pelos altos cargos e dignidade, tendo sido um dos raros a desmentir a observação de não haver “coisa que mais mude os homens do que o descer e o subir, e o subir mais do que o descer”.

Pretendendo Pedro I conferir-lhe o título de marquês e a grande comenda do Cruzeiro, opôs-lhe José Bonifácio peremptória recusa,, dizendo-lhe que, como única recompensa de sua atuação cívica em prol da emancipação política do Brasil, só aspirava que sobre a sua lousa figurassem os versos de Antônio Ferrelra:

“Eu desta glória só fico contente,
Que a minha terra ame e a minha gente”

Aí está, em larguíssimos traços, o perfil cívico de José Bonifácio,

“... o grande Andrada, esse arquiteto ousado,
“Que amassa um povo na robusta mão”,

como disse Castro Alves, porque, a ele mais do que a qualquer outro, se deve a soberania dessa “famosa peça inteiriça de arquitetura social”, que é, segundo as suas próprias palavras, o Brasil, imenso pelo seu território e pelo seu povo, cujos feitos de glória, na guerra e na paz, lhe garantem uma posição de destaque no concerto das Nações. Livre de preconceitos de raças e de côr, e, bem assim, de ódios de religião, marcha o Brasil, mais desembaraçadamente do que qualquer outro país de nossos dias no sentido do regime pacífico-industrial vislumbrado por José Bonifácio, claramente definido por Augusto Comte em seu *Tratado de Sociologia* e hoje ardentemente almejado por tôda parte, sentindo todos os povos, com o grande Papa João XXIII, que, “para um só globo tornado em patrimônio universal e em lar comum, deve também haver uma só humanidade, uma só grei”.

(O Estado de São Paulo, 28-11-71)